



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA, REALIZADA AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E CINCO.

Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, no Plenário da Câmara Municipal de Montanha, Estado do Espírito Santo, sob a presidência do Vereador Divaldim da Agricultura, com a presença dos Vereadores Allan Cortes, Célia do Posto, Divaldim da Agricultura, Fátima Barros, Giovani da Gráfica, Maine Brito, Paulinho Motorista e Tarcísio Depolo, verificada a existência de quórum regimental e registrada a ausência do Vereador Odair Celin, o Senhor Presidente declarou aberta a 14^a Sessão Ordinária da 1^a Sessão Legislativa da 15^a Legislatura. Inicialmente, o Presidente saudou todos os presentes, autoridades civis e convidados, fazendo especial registro da presença de representantes da Associação de Desenvolvimento de Plantas Medicinais – Agrobuds, nas pessoas de seu presidente Dalton e demais integrantes, bem como dos profissionais de saúde convidados para tratar do tema em pauta, convidando para ocuparem lugar de destaque o Dr. André Segóvia, o Dr. Artur Miranda, a Dra. Kaliandra, a enfermeira Mônica, a senhora Bia e o próprio presidente da associação, além de outras lideranças presentes. Em seguida, o Primeiro-Secretário, Vereador Giovani da Gráfica, confirmou a existência de quórum para abertura da sessão, sendo então proferida pelo Presidente a citação bíblica constante de Romanos, capítulo 8, versículo 28: “Sabemos que Deus age em todas as coisas para o bem daqueles que o amam, dos que foram chamados de acordo com o seu propósito”. Logo após, o Presidente declarou aberta a Sessão Ordinária do dia 30 de setembro de 2025, convidando a todos para se colocarem de pé para a execução do Hino Nacional Brasileiro. Na sequência, o Presidente transferiu a condução dos trabalhos à Vice-Presidente, Vereadora Fátima Barros, a fim de utilizar o plenário para um momento de oração. Encerrado o momento de oração, o Presidente reassumiu a direção dos trabalhos. Em seguida, passou-se à apreciação das Atas pendentes de deliberação, tendo o Presidente registrado que, não havendo impugnação ou retificação, ficavam aprovadas as seguintes atas: Ata da 9^a Sessão Ordinária, realizada em 16 de junho de





2025; Ata da 10ª Sessão Ordinária, realizada em 30 de junho de 2025; Ata da 10ª Sessão Extraordinária, realizada em 14 de julho de 2025; e Ata da 11ª Sessão Ordinária, realizada em 15 de agosto de 2025, procedendo apenas à correção de referência quanto à numeração de sessão extraordinária. Na sequência, o Presidente declarou aberta a Tribuna Popular, instrumento previsto no Regimento Interno, destacando que a participação da sociedade civil fortalece o processo democrático. Diante da relevância do tema “Uso da Cannabis para fins medicinais” e de sua materialização em Projeto de Lei que seria apreciado por esta Casa, o Presidente informou que seria franqueada a palavra a profissionais da área da saúde e a familiares de pacientes, ainda que, excepcionalmente, sem a exigência de inscrição prévia, a fim de garantir amplo debate técnico e humanizado. Registrhou, ainda, que a temática havia sido recentemente abordada em nível nacional, inclusive em programa de grande audiência, como o Globo Rural, reforçando a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o assunto. Foi então concedida a palavra, pelo tempo regimental de até 10 (dez) minutos, ao médico Dr. Artur Miranda, que, após cumprimentar o Presidente, vereadores, autoridades e cidadãos montanhenses, narrou sua experiência profissional no Sistema Único de Saúde do Município, bem como o vínculo pessoal que desenvolveu com a população desde que passou a residir em Montanha. Relatou caso concreto de paciente com Transtorno do Espectro Autista (TEA) grau 2, atendido na atenção primária, cujo comportamento, antes marcado por impulsividade e difícil manejo em consultório, apresentou importante melhora após o uso de óleo de cannabis medicinal. Explicou que, embora já conhecesse a literatura científica sobre o tema, foi nesse atendimento que pôde vivenciar, na prática clínica, os efeitos terapêuticos do canabidiol. Destacou que tais medicamentos, embora legalizados no Brasil desde 2015, possuem alto custo, alcançando valores entre R\$ 2.500,00 e R\$ 5.000,00, o que inviabiliza o acesso da maioria das famílias usuárias do SUS, razão pela qual a atuação de associações como a Agrobuds tem sido fundamental. Passou, então, a traçar linha do tempo histórica sobre o uso da planta cannabis, registrando que há de 1.000 a 3.000 anos antes de Cristo já existiam relatos escritos no Oriente e em regiões do Oriente Médio sobre seu uso por mestres e curandeiros no tratamento de epilepsia, dores crônicas, doenças inflamatórias e gastrointestinais. No século XIX, citou pesquisador britânico que, na Índia – então colônia do Reino Unido –, sistematizou observações científicas sobre a utilização medicinal da planta em casos de



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

epilepsia, enxaquecas, espasmos e outras patologias, incorporando derivados de cannabis à farmacopeia mundial entre 1830 e 1860. Segundo o médico, até a década de 1930/1940 os produtos à base de cannabis eram comercializados em farmácias e boticas, inclusive no Brasil. Dr. Artur relatou que, a partir dos anos 40, interesses econômicos ligados a grandes indústrias – a exemplo da farmacêutica e do nylón – influenciaram campanhas políticas internacionais voltadas à criminalização da planta, apesar de sua ampla utilização, inclusive como fibra de cânhamo em velas de embarcações. Lembrou que o Brasil, no âmbito da antiga Liga das Nações, acompanhou esse movimento restritivo, que se consolidou ao longo de quase um século. Destacou que, na década de 1990, a ciência descobre o sistema endocanabinoide humano, demonstrando que o próprio organismo produz cannabinoides e possui receptores espalhados por todo o corpo, cuja desregulação está associada a diversas patologias. A partir daí, os produtos à base de cannabis retornam à farmacopeia, com respaldo em evidências científicas para o tratamento de epilepsia refratária, dores crônicas e neuropáticas, espasticidade em esclerose múltipla, sintomas relacionados ao câncer e cuidados paliativos, bem como transtornos psiquiátricos como TEA e transtorno de estresse pós-traumático. Enfatizou que o que se busca, com a legislação municipal, não é a liberação irrestrita de drogas, mas sim o uso controlado, com prescrição e acompanhamento médico, dentro dos protocolos da Anvisa, com rastreabilidade e controle de qualidade. Concluiu pedindo sensibilidade à Casa, destacando que Montanha pode se tornar referência no Estado e no país ao regulamentar diretrizes complementares para o uso da cannabis medicinal, ato que considerou de justiça social, responsabilidade científica e compaixão para com pacientes e famílias que sofrem. Em seguida, fez uso da palavra a médica Dra. Kaliandra, dermatologista, membro da Sociedade Brasileira de Dermatologia e profissional atuante no SUS há cerca de dez anos. Após cumprimentar o Presidente, vereadores, colegas médicos e o público, relatou que, antes de se engajar na causa, dedicou-se a estudos aprofundados sobre o tema, buscando comprovações científicas que a convencessem do real caráter terapêutico da cannabis medicinal. Explicou, em linguagem acessível, o funcionamento do sistema endocanabinoide humano, composto por receptores como o CB1 – predominantemente localizado no sistema nervoso central – e o CB2 – mais presente no trato intestinal –, e esclareceu que a fitoterapia baseada na planta envolve diferentes estruturas químicas,





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

como o canabidiol (CBD) e outros fitocanabinoides, que podem ser formulados em preparações de espectro completo (full spectrum), de acordo com a necessidade terapêutica de cada paciente. Apontou ainda a atuação de receptores adicionais, como o GPR55 e canais TRPV, com implicações em dermatologia (especialmente em dermatite atópica, psoríase e outras dermatoses inflamatórias) e em oncologia. A Dra. Kaliandra narrou que, em sua área de atuação, observou melhora significativa em pacientes com dermatite atópica grave e lesões crônicas de lábio após uso de formulações tópicas derivadas da cannabis, inclusive em caso em que o preparado, oriundo de planta, proporcionou alívio de dor e prurido após longa trajetória de tratamentos convencionais sem sucesso. Listou, entre as indicações científicas, o uso em dor crônica, fibromialgia, esclerose múltipla, epilepsia refratária, transtornos do espectro autista, transtornos do humor, ansiedade, insônia, síndromes metabólicas (como obesidade e diabetes), além de sintomas da menopausa em pacientes com contraindicações a hormonioterapia. Destacou, ainda, estudos que apontam efeitos benéficos em oncologia, com propriedades de indução de apoptose em células tumorais, inibição de angiogênese e redução de metástases. Ressaltou também o potencial da cannabis medicinal como auxílio no tratamento de dependência química, contribuindo para a redução do uso de drogas como crack, cocaína e benzodiazepínicos, por proporcionar bem-estar e modulação de sintomas em pacientes com dificuldade de adesão à abstinência. Enfatizou que as prescrições são individualizadas, após anamnese detalhada e discussão de riscos e benefícios, ressaltando a existência de congressos e publicações específicas sobre endocanabinologia. Concluiu afirmando que, mais do que um debate ideológico, o tema se relaciona à melhoria concreta da qualidade de vida de pacientes que, muitas vezes, já esgotaram outras alternativas terapêuticas. Na sequência, o biomédico Dr. André Segóvia ocupou a Tribuna, cumprimentando o Presidente Edivaldo, demais vereadores e presentes, destacando a relevância histórica das plantas medicinais para a humanidade. Lembrou que a primeira forma de medicação sempre esteve ligada às plantas e que grande parte dos fármacos hoje utilizados em farmácia foram originalmente extraídos de espécies vegetais, citando, como exemplo, os derivados do ópio (extraído da papoula), amplamente conhecidos na medicina moderna, como morfina, codeína, tramadol e fentanil. Afirmou que a cannabis é utilizada há milhares de anos, inclusive na medicina tradicional chinesa, e que chegou ao Brasil pelas mãos de





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

pessoas escravizadas, o que, em sua visão, contribuiu para a carga histórica de preconceito que recai sobre a planta. Dr. André observou que, antes da década de 1940, a cannabis era usada com naturalidade como tecido, fibra e medicamento, tendo chegado ao Brasil inclusive nas cordas e velas das caravelas. Criticou a “hipocrisia” que, segundo ele, cerca o debate, lembrando que substâncias como o álcool e os opiáceos, embora causem elevado impacto em saúde pública, permanecem amplamente aceitas ou prescritas, enquanto a cannabis, mesmo em uso estritamente medicinal, ainda enfrenta resistência. Citou que o álcool é reconhecido como uma das drogas mais perigosas, por inibir áreas cerebrais responsáveis pelo discernimento, levando muitas vezes a comportamentos humilhantes e trágicos antes mesmo de causar a morte, e que não há registros robustos de óbitos por overdose de cannabis medicinal, ao passo que são frequentes as intoxicações graves por álcool, benzodiazepínicos e opiáceos. Ressaltou que ninguém na Tribuna defendia o uso recreativo indiscriminado de drogas, mas sim o uso medicinal, com produtos que não produzem o chamado “barato” associado ao uso recreativo. O biomédico também parabenizou Dalton pela luta de cerca de vinte anos em defesa da cannabis medicinal, destacando que o presidente da Agrobuds abraçou a causa em tempos em que corria maior risco de criminalização, julgamento social e incompreensão. Propôs que Montanha, além de aprovar a legislação de apoio ao uso medicinal, possa futuramente abrigar uma startup voltada à produção, comercialização e tratamento com produtos derivados de cannabis, observando estritamente a RDC nº 327/2019 da Anvisa e demais normativas sanitárias. Enfatizou que, antes disso, é fundamental proteger a associação e os pacientes de eventuais abusos ou interpretações equivocadas, o que reforça a importância da lei municipal, a qual deverá assegurar que o acesso se dê de forma legal, segura e rastreável, beneficiando não apenas os pacientes, mas também suas famílias, sobretudo nos casos de TEA, em que a melhora clínica da criança repercute diretamente na qualidade de vida de pais e cuidadores. Concluiu agradecendo pela oportunidade e reafirmando seu compromisso em colaborar tecnicamente com o Município. Em seguida, fez uso da palavra a enfermeira Mônica, que iniciou cumprimentando o Presidente e demais presentes, relatando ser nascida e criada em Montanha, filha de Esmeralda (conhecida como Baía, da Eletrossom) e neta de Jaéss, um dos pioneiros da área da saúde no município, que já fazia uso de plantas como babosa, cúrcuma e outras medicinais. Informou ser

100 10



enfermeira há vários anos, com atuação em oncologia há nove anos, tendo trabalhado em hospitais de Vitória/ES e Santa Catarina, onde a indicação de canabidiol para pacientes oncológicos é prática crescente, com encaminhamentos médicos específicos voltados à redução de dores intensas e melhora de sintomas. Relatou a experiência de ver pacientes com dor severa obtendo alívio importante com o uso de produtos à base de cannabis, destacando o impacto positivo na qualidade de vida. Todavia, esclareceu que, naquela noite, falava sobretudo como mãe. Contou ser mãe de Mateus, menino de dez anos, autista, de aproximadamente 1,50m de altura, não verbal, usuário de fraldas e com diagnóstico associado de TDAH, quadro que resulta em hiperatividade marcante e grande desafio no manejo diário. Informou que Mateus faz uso de cinco medicações contínuas, além do canabidiol, iniciado em 19 de junho de 2024, porém ainda adquirido por via de importação dos Estados Unidos, em razão das limitações de acesso a produtos nacionais. Esclareceu que, embora a Anvisa autorize o uso desde 2015, o custo do frasco de canabidiol utilizado por seu filho é da ordem de R\$ 1.950,00 mensais, e que, somadas as demais medicações, o tratamento poderia alcançar valores entre R\$ 3.500,00 e R\$ 4.500,00 mensais, o que é incompatível com a realidade da maioria das famílias. Informou que, em seu caso, conseguiu incluir parte da medicação em programa estadual, reduzindo parcialmente os custos, mas ainda assim com grande dificuldade. Relatou, emocionada, que também é portadora de fibromialgia desde 2014, condição que se agravou após o diagnóstico de um tumor cerebral em seu filho, e que, naquele mesmo dia, enfrentara crise intensa, passando boa parte do dia sob efeito de medicações analgésicas, o que torna ainda mais difícil cuidar da família e trabalhar. Reconheceu que provavelmente poderia se beneficiar do canabidiol também como paciente, mas que não tem condições financeiras de custear o tratamento simultâneo para si e para o filho. Fez apelo para que o projeto seja aprovado, permitindo a implementação de políticas públicas que viabilizem o acesso gratuito ou subsidiado ao medicamento, especialmente para famílias em vulnerabilidade, de modo a possibilitar, inclusive, maior adesão a terapias complementares como fonoaudiologia e acompanhamento psicossocial. Encerrando, agradeceu a oportunidade e afirmou falar em nome de muitas mães e pacientes que sofrem em silêncio. Na sequência, a senhora Bia fez uso da palavra, relatando que, três anos antes, recebera o diagnóstico de autismo grau 3 de sua filha, notícia que a abalou profundamente, especialmente em razão de

Two handwritten signatures are present at the bottom right of the document, appearing to be the signatures of the author or the entity responsible for the text.



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

histórico prévio de sofrimento emocional. Informou que a criança faz uso de fraldas, já havia experimentado diversas medicações sem resultado satisfatório e que, em determinado momento, passou a ser acompanhada pelo médico Dr. Artur, o qual, após tentativa de diversos tratamentos, prescreveu o uso de canabidiol como “última tentativa” para melhoria do quadro. Explicou que, ao buscar o medicamento em farmácias, deparou-se com o valor mensal de aproximadamente R\$ 980,00, sendo obrigada a contrair dívida bancária para custear o tratamento. Esclareceu que, atualmente, só consegue manter o uso contínuo graças às doações e apoio intermediados por Dalton e pela Agrobuds, aos quais agradeceu, manifestando esperança de que a legislação em debate traga maior segurança jurídica e amplie o acesso para outras famílias. Ao final das manifestações, o Presidente agradeceu a todos os expositores – Dr. Artur Miranda, Dra. Kaliandra, Dr. André Segóvia, enfermeira Mônica, senhora Bia e o presidente Dalton –, reafirmando que a Câmara Municipal é espaço legítimo para o diálogo democrático e que a participação da sociedade civil confere transparência e legitimidade às decisões do Legislativo. Encerrando a Tribuna Popular, convocou todos os presentes para Audiência Pública a ser realizada no dia 9 de outubro, às 18 horas, nas dependências da Câmara Municipal, com o objetivo de aprofundar o debate sobre o uso da cannabis medicinal. **Em seguida, o Presidente solicitou ao Primeiro-Secretário a leitura das matérias constantes do Expediente**, o que foi procedido na forma regimental. Foram lidos: o **Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 12/2025**, de autoria dos Vereadores Divaldim da Agricultura, Giovani da Gráfica e Odair Celin, que “Dispõe sobre a facilitação do acesso à cannabis medicinal e estabelece diretrizes municipais complementares para o tratamento de pacientes no município de Montanha, Estado do Espírito Santo”; o **Projeto de Lei Ordinária do Executivo nº 18/2025**, que “Cria a função gratificada de Fiscal Fazendário no âmbito da Secretaria Municipal de Fazenda e dá outras providências”; o **Projeto de Lei Ordinária do Executivo nº 19/2025**, que “Fixa o valor para pagamento de obrigações de pequeno valor/RPV originadas de decisões judiciais nos termos do art. 100, §§ 3º e 4º, da Constituição da República Federativa do Brasil e dá outras providências”; o **Projeto de Resolução nº 7/2025**, de autoria do Vereador Tarcísio Depolo, que altera o §2º do art. 56 do Regimento Interno da Câmara Municipal; o **Projeto de Resolução nº 8/2025**, também de autoria do Vereador Tarcísio, que revoga o §2º do art. 83 e acrescenta o art. 83-A ao



Regimento Interno; e o **Projeto de Resolução nº 9/2025**, igualmente de autoria do Vereador Tarcísio, que altera o art. 203 e revoga o art. 204 do Regimento Interno. Foram ainda lidas as **Indicações nº 73/2025**, de autoria do Vereador Tarcísio Depolo, sugerindo a instalação de duas quadras de areia em terreno situado entre a Rua Conceição da Barra e a Avenida Presidente Kennedy, ao lado do CRAS; **nº 74/2025**, de autoria da Vereadora Célia do Posto, indicando que seja atribuído o nome de Elízia Amaral de Oliveira ao novo ESF em construção no bairro Cohab; e **nº 75/2025**, de autoria da Vereadora Maine Brito, propondo a instalação de lixeiras em pontos estratégicos do município, visando melhores condições de limpeza urbana e preservação ambiental. Na sequência, foram lidos os Requerimentos de Tramitação em Regime de Urgência nº 20/2025, nº 21/2025 e nº 22/2025, todos de autoria do Vereador Tarcísio Depolo, solicitando convocação de Sessão Extraordinária e tramitação em regime de urgência dos Projetos de Resolução que alteram dispositivos do Regimento Interno; bem como o Requerimento de Tramitação em Regime de Urgência nº 29/2025, de autoria do Vereador Allan Cortes, que requer urgência para apreciação do Projeto de Lei Municipal que “Institui o Programa Municipal de Atendimento Humanizado à Mulher em Situação de Vulnerabilidade e dá outras providências”. Os Requerimentos nº 20, 21, 22 e 29/2025, após leitura, foram submetidos à votação simbólica, sendo todos aprovados por unanimidade entre os vereadores presentes (7 votos favoráveis, sem votos contrários ou abstenções). Encerrada a fase de leitura do Expediente, não havendo inscritos para o Pequeno Expediente, o Presidente declarou aberto o Grande Expediente, autorizando o Secretário Moyses Giovani Marquiori a proceder com o sorteio.

O primeiro vereador sorteado foi o Vereador Allan Cortes, iniciou sua manifestação ressaltando a responsabilidade dos vereadores perante a população e a necessidade de respeito às normas que regem a administração pública. Explicou que, conforme determina a legislação, até o final do mês de agosto cabe à Presidência da Câmara encaminhar a proposta orçamentária do Legislativo para ser incorporada ao orçamento geral do Município. Ressaltou a importância desse procedimento para garantir o funcionamento adequado, independente e harmonioso do Poder Legislativo. O vereador informou, porém, que a proposta orçamentária elaborada pela Presidência da Casa e enviada ao Poder Executivo para compor o orçamento municipal de 2026 encontra-se



totalmente fora da realidade financeira do Município. Explicou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias recentemente aprovada estabeleceu um acréscimo de aproximadamente 5% para o orçamento geral do Município, enquanto a proposta encaminhada pela Câmara prevê aumento superior a 30%, percentual que classificou como desproporcional, inflado e sem justificativa técnica. Allan apontou que tal conduta pode trazer sérias consequências ao Presidente da Câmara, inclusive responsabilização por parte do Tribunal de Contas e do Ministério Público, por afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal e à Constituição Federal, que determina que a iniciativa da lei orçamentária é de competência privativa do Poder Executivo. Afirmou que o papel dos vereadores é agir com prudência, zelo e responsabilidade, preservando a credibilidade da instituição. O vereador destacou que, diante dessa situação, a maioria dos vereadores se mobilizou e encaminhou à Prefeita Municipal o Ofício nº 26/2025, solicitando que a proposta enviada pela Presidência da Câmara não seja aceita, por estar superestimada e em desacordo com a LDO. Mencionou que o documento traz análise detalhada das despesas da Câmara nos últimos anos, apontando que: Em 2023 foram gastos R\$ 2.239.361,74; Em 2024, R\$ 2.545.918,31; Em 2025, até agosto, o valor executado foi de R\$ 1.881.440,03, com média mensal de aproximadamente R\$ 235 mil; Projetando-se estes valores para doze meses, o total anual seria de cerca de R\$ 2.822.160,00; Portanto, o orçamento vigente (R\$ 3.562.779,68) será fechado com superávit estimado de R\$ 740.619,68. Informou ainda que a proposta encaminhada pela Mesa Diretora solicita R\$ 4.640.600,00, aumento superior a 30%, praticamente equivalente ao gasto total do Legislativo em 2023 e 2024 somados, o que, na visão do vereador, afronta os princípios da razoabilidade, economicidade e responsabilidade fiscal. Destacou também que a proposta foi aprovada com apenas quatro votos favoráveis, não refletindo a posição da maioria da Casa. Allan registrou que ainda há tempo para corrigir o equívoco, ajustar a proposta e evitar consequências que possam prejudicar o Presidente e o Poder Legislativo como um todo, reforçando que seu posicionamento não tem caráter político, mas técnico e responsável. Na sequência, o vereador tratou do Projeto de Lei Ordinária nº 12/2025, que dispõe sobre a facilitação do acesso à Cannabis medicinal no Município. Relatou que está na Câmara desde janeiro de 2017 e que, nesses oito anos e oito meses, sempre atuou em defesa de causas sensíveis, como TDAH, fibromialgia e doenças musculares degenerativas. Informou ser autor de projetos nessas áreas e

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Allan".



reconheceu a luta das famílias e associações presentes. Manifestou apoio ao projeto, mas apontou que alguns trechos precisam de ajustes técnicos para evitar vícios de iniciativa, especialmente expressões relacionadas a custeio e dotação orçamentária, haja vista que o Poder Legislativo não pode criar despesas para o Executivo. Sugeriu que determinados parágrafos e artigos sejam suprimidos, além da possibilidade de apresentação de emendas modificativas ou aditivas para assegurar legalidade. Também mencionou que, caso necessário, o tema pode ser encaminhado ao Executivo para vir de forma mais adequada. Finalizou reafirmando apoio integral à causa e sua disposição em colaborar para que o projeto seja aprovado de forma responsável, juridicamente segura e em benefício das famílias que necessitam do tratamento. Em seguida, mencionou que o mês de setembro é marcado por duas campanhas importantes: o Setembro Verde, voltado à conscientização sobre inclusão de pessoas com deficiência e à doação de órgãos, e o Setembro Amarelo, dedicado à prevenção do suicídio. Relatou ter participado, no assentamento Adriano Machado, de palestra conduzida pela psicóloga Fabiana Moulim e equipe da saúde mental, agradecendo ao SERDIA, à Secretaria Municipal de Saúde e à Secretaria Leila Baltar pelo trabalho realizado nas comunidades, distritos e na sede do município. Dando continuidade, exaltou o trabalho do Secretário de Meio Ambiente, Cléber, pela melhoria visível na limpeza urbana, reconhecendo, porém, que ainda há cidadãos que depositam lixo fora do horário de passagem dos caminhões, gerando acúmulo e dispersão de resíduos por animais, e conclamando a população a observar os horários da coleta. Informou, ainda, que seria apreciado naquela sessão, de sua autoria, o Projeto de Lei que institui o Programa Municipal de Atendimento Humanizado à Mulher em Situação de Vulnerabilidade, com o objetivo de garantir acolhimento digno, escuta qualificada e atendimento prioritário a mulheres em situação de risco, especialmente em casos de violência, abandono, pobreza extrema, sofrimento psíquico ou gravidez não planejada. Por fim, divulgou a realização de competição de futevôlei na Arena Bertolini, nos dias 4 e 5 de outubro, com categorias iniciante e intermediária, convidando a população a prestigiar o evento esportivo. Na sequência, fez uso da palavra o **Vereador Giovani Marquiori**, que iniciou saudando o Presidente, a Vice-Presidente, colegas vereadores, servidores da Casa, bem como as autoridades presentes, dentre elas o presidente da Agrobuds, Dalton; o ex-prefeito, ex-vereador e ex-presidente da Câmara, senhor Derval Moreira, a quem dirigiu saudação



especial; os médicos Dr. Artur, Dr. André, a farmacêutica presente, o Dr. Fúlvio o representante do Incaper, Fábio, e demais convidados. Registrhou ainda agradecimento aos cidadãos que acompanhavam a sessão pelas redes sociais, frisando que, como vereador, sente a obrigação de prestar contas com transparência à população que paga seu salário. Relatando os acontecimentos da semana anterior, o Vereador narrou que, na sexta-feira, ao sair da Câmara, foi abordado por Dalton, presidente da Agrobuds, que solicitou que permanecesse um pouco mais para apresentar a demanda relativa à cannabis medicinal. Disse que, na ocasião, permaneceu na Casa até por volta de 17 horas, sem intervalo para almoço, juntamente com os advogados da Câmara, Dr. Celso e Dra. Natália, para analisar, ajustar e aperfeiçoar a minuta do projeto de lei, deixando claro, desde o início, que o texto poderia e deveria ser debatido, modificado e aperfeiçoado com a participação de todos, razão pela qual se programou audiência pública específica. Afirmou posicionar-se favoravelmente ao projeto, destacando que seu apoio não é à “maconha” enquanto substância ilícita, mas ao medicamento canabidiol, produzido com controle e finalidade terapêutica. Citou, com simplicidade, que assim como muitos utilizam chá de boldo para aliviar problemas digestivos após ingestão de álcool, não há motivo para que a sociedade rejeite, a priori, a utilização de uma planta para produzir medicamento que possa aliviar a dor e melhorar a vida de pacientes. Disse que, no passado, leis foram aprovadas sem debate adequado, gerando consequências negativas à população, e que, por isso, considera indispensável que toda nova legislação seja construída com diálogo, estudos e participação social. O Vereador também mencionou ser genro de Elízia Amaral de Oliveira, ex-primeira-dama, ex-vereadora e mulher que, segundo ele, dedicou grande parte de sua vida a ajudar pessoas, especialmente na área da saúde, acompanhando pacientes em hospitais e promovendo encaminhamentos para cirurgias e tratamentos, sem medir esforços. Informou que, juntamente com a Vereadora Célia, apresentou indicação para que o novo ESF do bairro Cohab receba o nome de Elízia, como justa homenagem à sua memória e legado. Agradeceu à Prefeita Iracy por ter acolhido a sugestão. Aproveitou para registrar, também, melhorias recentemente implementadas na praça do bairro Maria Zélia, onde, após demanda de sua autoria, a Prefeitura instalou brinquedos para crianças, tornando o espaço mais atrativo às famílias, e agradeceu novamente à Prefeita pela atenção ao pedido. Na parte final de sua fala, Giovani tratou da situação dos conselheiros tutelares,



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

ressaltando que estes profissionais atuam em regime de plantão, em horários noturnos e fins de semana, lidando com casos de risco, violência e vulnerabilidade de crianças e adolescentes, muitas vezes em contextos de ameaça. Considerou o salário atual incompatível com a responsabilidade e a carga de trabalho, defendendo publicamente a necessidade de encaminhar indicação à Prefeita para revisão da remuneração, com posterior envio de projeto de lei ao Legislativo, comprometendo-se a apoiar a proposta quando chegar. Declarou, enfim, seu apoio ao projeto da cannabis medicinal, bem como ao Projeto que institui o programa de atendimento humanizado às mulheres em situação de vulnerabilidade, e reiterou seu compromisso com a população. Em seguida, o Secretário Moyses Giovani sorteou a próxima vereadora, a **Vereadora Célia do Posto**, que iniciou cumprimentando a Mesa Diretora, na pessoa do Presidente Divaldim, da Vice-Presidente Fátima e do Secretário Giovani, bem como a assessora jurídica Dra. Natália, os demais vereadores, os profissionais de saúde que ocuparam a Tribuna Popular e todo o público presente. Fez saudação especial ao ex-prefeito, ex-vereador e ex-presidente da Casa, Derval Moreira, estendendo, por seu intermédio, o cumprimento a todos os homens presentes. Relatou que a sessão estava longa e cansativa, razão pela qual seria objetiva em suas considerações. A Vereadora destacou a indicação de sua autoria, já acolhida pela Prefeita Iracy, para que o novo ESF em construção no bairro Cohab receba o nome de sua amiga Elízia Amaral de Oliveira, com quem trabalhou por dois mandatos na Câmara Municipal. Descreveu a homenageada como verdadeira “irmã de coração”, relatando a convivência diária, as conversas prolongadas e a parceria política e pessoal, inclusive lembrando que permanecia muitas vezes até tarde da noite em sua companhia na sede da Câmara. Em tom emocionado, afirmou sentir até hoje a falta de Elízia, salientando que a homenagem simboliza o reconhecimento por uma vida dedicada ao serviço público e ao cuidado com as pessoas. No tocante ao Projeto da cannabis medicinal, a Vereadora Célia declarou voto favorável, afirmando que, embora no passado pouco conhecesse o tema, testemunhou resultados positivos em crianças atendidas por sua assessora, mãe de duas crianças com TDAH, que relataram melhora significativa após o início do uso de óleo prescrito por profissionais habilitados. Afirmou acreditar que muitos outros municípios poderão se beneficiar, desde que o uso seja regulamentado e acompanhado por médicos, e que vê o projeto como instrumento de justiça e dignidade, especialmente às crianças e famílias mais vulneráveis.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read "Ana Paula".



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

Encerrando, enviou abraço e agradecimentos a todos os presentes. Na sequência, o próximo vereador a ser sorteado foi o **Vereador Paulo César Ghiotto**, conhecido como Paulinho Motorista, que iniciou agradecendo a Deus por mais uma oportunidade de vida e por poder estar na Casa de Leis, saudando o Presidente, a Vice-Presidente, o Secretário, os colegas vereadores, servidores, autoridades e público presente, bem como aqueles que acompanhavam a sessão pelas redes sociais. Cumprimentou especialmente os médicos palestrantes, a enfermeira Mônica, as mães ligadas à Agrobuds, o presidente Dalton, o ex-prefeito Derval Moreira, o assessor da Casa Civil Joelson, o Secretário de Meio Ambiente Cléber, o representante do Incaper, Fábio, e demais presentes. O Vereador registrou, inicialmente, agradecimento às polícias Civil e Militar pela rápida elucidação do homicídio da senhora Neusa, idosa de 80 anos, ocorrido recentemente no município, e pela prisão do autor do crime, destacando o trabalho do delegado Valdir e de todo o efetivo de segurança. Relatou, também, reunião com representante da Superintendência de Saúde, Juan, em que tratou da possibilidade de ampliação das teleconsultas para os distritos de Vinhático e São Sebastião, considerando a experiência já em curso na sede e em outros municípios, visando desafogar o sistema de saúde local e aproximar atendimento especializado das comunidades rurais. Mencionou ainda ter sugerido a implantação de regulação itinerante, com equipes se deslocando às zonas rurais e unidades de saúde da família, de forma a atender pessoas que têm dificuldade de se deslocar até a cidade. Referindo-se ao Projeto sobre cannabis medicinal, o Vereador Paulinho parabenizou todos os envolvidos, em especial o Vereador Allan, por sua luta anterior ao atual mandato, mencionando que já acompanhava, pelas redes sociais, a defesa da causa junto a famílias e associações. Afirmou que a melhor prova da importância do projeto reside nos depoimentos das mães e familiares de pessoas com TEA e outras condições, pois somente quem vivencia a realidade do cuidado diário sabe o quanto um tratamento pode representar de dignidade e esperança. Declarou-se totalmente favorável à regulamentação do acesso à cannabis medicinal, reforçando que se trata de salvar vidas e garantir qualidade de vida, e não de liberar uso recreativo de drogas. Ressaltou a necessidade de ampliar o esclarecimento da população, utilizando a tribuna, os meios de comunicação e o debate público para explicar a diferença entre uso medicinal e uso ilícito, de modo a reduzir preconceitos. Na parte final de sua fala, o Vereador tratou da proposta orçamentária da Câmara para o exercício de 2026,



informando que, à época da votação, havia acompanhado reunião com a Mesa Diretora e, naquele momento, não visualizara problemas, motivo pelo qual votara favoravelmente à proposta. Contudo, após revisão mais detalhada dos números, concluiu que o aumento proposto, superior a 30% em relação ao exercício anterior, destoava da diretriz de 5% de crescimento fixada para o orçamento geral do município na LDO. Destacou que, em 2023 e 2024, a Câmara devolveu valores significativos ao Executivo, indicando que a atual estrutura orçamentária, mesmo com diárias, veículos e demais despesas, já permitia pleno funcionamento da Casa, o que tornaria desnecessário – e potencialmente arriscado – ampliar o orçamento tão acima do índice geral. Manifestou preocupação com a responsabilidade fiscal e com eventual questionamento por órgãos de controle, defendendo que o aumento, se necessário, seja limitado aos mesmos 5% autorizados ao conjunto do município. Concluiu convidando todos para prestigiarem o torneio de futevôlei na Arena Bertolini e deixou votos de pesar à família do senhor Manezinho, morador tradicional de São Sebastião do Norte. Em seguida, a próxima vereadora sorteada foi a **Vereadora Maine Alves Brito**, que iniciou cumprimentando o Presidente, a Mesa, os vereadores, os profissionais de saúde, a população presente e o ex-prefeito Derval, dirigindo-lhe palavras de reconhecimento por sua trajetória e humildade. Quanto ao Projeto da cannabis medicinal, relatou que esteve presente em movimentos anteriores sobre o tema e que, inicialmente, desconhecia os detalhes, podendo até ter sido, em outros tempos, contrária à proposta por falta de informação. Disse que sua visão mudou a partir do relato de mães e familiares, enfatizando que, quando se vê que um medicamento traz esperança de transformação real da vida de uma criança ou de um paciente, é impossível ficar indiferente. Ressaltou que o vereador não tem poder de “liberar maconha” ou alterar a legislação penal, pois isso é matéria de competência federal, e que o projeto em discussão trata exclusivamente do uso medicinal, em conformidade com a Anvisa e com a legislação superior. Reforçou que se trata de salvar vidas e de garantir dignidade, desejando que aqueles que hoje criticam a proposta jamais venham a precisar, eles próprios ou seus familiares, de tal tratamento por não terem outras alternativas. Parabenizou os profissionais de saúde e as mães pelos esclarecimentos e testemunhos. Maine destacou, também, sua satisfação em votar favoravelmente à indicação que atribui o nome de Elízia Amaral de Oliveira ao novo ESF, reiterando que sempre ouviu



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

apenas elogios à homenageada, que prestou relevantes serviços ao município, tanto como primeira-dama quanto como vereadora. Dirigiu palavras de carinho ao ex-prefeito Derval, citando episódio em que o viu doar a própria jaqueta a um trabalhador que lhe ajudava em uma tarefa, enfatizando que gestos como esse revelam sua generosidade. Em relação à indicação de instalação de lixeiras em pontos estratégicos do município, afirmou confiar que o Secretário de Meio Ambiente, Cléber, atenderá ao pedido, pois sabe, pela experiência de vereador licenciado, as dificuldades e demandas enfrentadas, bem como a importância de manter a cidade limpa. Aproveitou para fazer apelo às Secretarias de Obras e Agricultura para atendimento da comunidade União, onde algumas famílias enfrentam grave problema de falta de água, lembrando que água também é vida e deve ser tratada como prioridade. A Vereadora registrou, ainda, agradecimento à Prefeita Iracy pela instalação de parquinhos infantis na sede e pela previsão de implantação em São Sebastião e Vinhático, reconhecendo o impacto positivo para as famílias. Destacou o trabalho do Secretário Parreira na área esportiva, com ações em assentamentos, projetos sociais e diferentes localidades, e informou, com alegria, que a creche do Vinhático está quase concluída, fruto de luta antiga da comunidade. Ao tratar do orçamento da Câmara, Maine esclareceu que, embora reconheça o direito constitucional ao limite de até 7%, entende que o exercício desse direito deve ser pautado pelo bom senso e pela realidade orçamentária, lembrando que há valores expressivos em caixa na atualidade e que a ampliação para 6,21% em 2026 poderia resultar em recursos parados ao longo do ano, sujeitos apenas à devolução em dezembro, enquanto o município enfrenta diversas demandas urgentes em saúde, educação e infraestrutura. Reforçou que não se trata de negar direitos, mas de buscar equilíbrio e responsabilidade na utilização do dinheiro público. Na sequência, a **Vereadora Maria de Fátima Barros** foi a próxima a ser sorteada, que iniciou cumprimentando os colegas vereadores e agradecendo a presença do público, ressaltando que a confiança demonstrada pela população ao comparecer à sessão ou acompanhar pelas redes sociais impõe grande responsabilidade ao Legislativo. Ao tratar do projeto sobre cannabis medicinal, Fátima relatou experiência pessoal vivida em 2019, quando sua irmã foi acometida por câncer. Contou que, à época, ouviu falar da possibilidade de uso de canabidiol para alívio da dor, mas, apesar de buscar informação e tentar contato, não conseguiu acesso ao medicamento, vendo a irmã sofrer





CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

intensamente, a ponto de desejar poder tomar para si a dor. Citou a médica Dra. Kaliandra como uma das profissionais que acompanharam o caso de sua irmã, recordando o sofrimento e a sensação de impotência diante da falta de alternativas. Disse que, se naquela época tivesse tido acesso a “uma gotinha de alívio”, já teria sido de grande conforto. A Vereadora afirmou não ter filhos autistas, mas possuir sobrinhos, amigos e irmãos em fé que convivem com crianças com TEA, além de acompanhar relatos de mães de crianças com epilepsia e outras condições graves, como as falas ouvidas na sessão. Destacou que, mesmo sem vivenciar diretamente a rotina de tais famílias, é possível se colocar no lugar delas e sentir a dor e o desgaste, sobretudo quando se sabe que existe um tratamento com potencial de melhorar quadros de dor, agressividade, sono e qualidade de vida. Argumentou que não é justo que a pessoa precise “brigar na justiça” para obter algo que, uma vez concedido por decisão judicial, mostra-se legal e compatível com o ordenamento jurídico. Defendeu, assim, que o projeto seja tratado com humanidade e amor, sem se tornar bandeira meramente política, mas como instrumento de garantia de vida digna. Declarou-se favorável ao projeto, reconhecendo a necessidade de ajustes técnicos e aperfeiçoamentos, e concluiu conclamando todos a olharem para o próximo com respeito e empatia, considerando o aumento de casos de autismo e de câncer, inclusive em crianças. Na sequência, foi sorteado **o Vereador Tarcísio Depolo**, que iniciou cumprimentando todos os presentes, parabenizando em especial a Agrobuds e os profissionais da saúde pela coragem de enfrentar tema sensível com base em conhecimento técnico. Lembrou que, enquanto farmacêutico da farmácia básica municipal, teve contato com prescrições de canabidiol ainda nos primeiros anos de sua regulamentação, quando a importação era extremamente burocrática e onerosa, e que, desde então, percebeu a necessidade de buscar alternativas que facilitassem o acesso a medicamentos de custo elevado. Enfatizou que, muitas vezes, um único medicamento à base de cannabis consegue substituir ou complementar diversos outros fármacos, trazendo alívio significativo com menor carga de efeitos colaterais, o que o leva a questionar se parte da resistência não se relaciona a interesses da indústria farmacêutica. Reafirmou apoio ao projeto, mencionando que Montanha pode ser pioneira em política pública responsável na área. Ao comentar sua Indicação nº 73/2025, referente à instalação de quadras de areia em área localizada entre o CRAS e o ESF, o Vereador Tarcísio destacou a importância de



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTANHA

incentivar a prática esportiva, a integração social, a saúde e o lazer, bem como a possibilidade de integrar atividades do CRAS e do ESF em ações conjuntas. Todavia, foi alertado pela Vereadora Célia de que a área em questão encontra-se sob domínio do INSS, por meio de termo de comodato, para futura construção de sede própria do órgão, o que exigirá análise jurídica mais cuidadosa para viabilizar qualquer intervenção. Em relação ao ofício subscrito por alguns vereadores questionando a proposta orçamentária da Câmara para 2026, Tarcísio reforçou a necessidade de responsabilidade fiscal, lembrando que a LDO aprovou aumento geral de 5% para o orçamento municipal, enquanto a projeção inicial da Câmara superava 30%. Salientou que recursos ociosos no Legislativo poderiam ser melhor alocados em áreas sensíveis como saúde e educação, defendendo a revisão da proposta para adequá-la aos parâmetros gerais.

O presidente fez o uso da Tribuna, e iniciou cumprimentando a todos os presentes, parabenizando os representantes da associação Dalton, Dr. André, Dr. Arthur, Mônica e Bia pelo trabalho desenvolvido e pela importância do projeto relacionado ao TDAH e à Cannabis medicinal. O vereador afirmou compreender a dor das mães que enfrentam dificuldades no dia a dia, relatando que, ao visitar escolas no ano anterior, constatou a existência de cerca de 150 crianças com TDAH, situação que exige atenção especial e apoio aos professores. O vereador agradeceu a presença dos cidadãos que acompanhavam a sessão presencialmente e também pelas redes sociais, enfatizando a relevância do projeto em discussão e ressaltando que os vereadores, embora não sejam profissionais da saúde, buscaram orientação técnica para tratar do tema com responsabilidade. Destacou que a Câmara conta com uma equipe técnica e jurídica que buscou informações, inclusive em âmbito federal, para garantir que o Legislativo não apresentasse um projeto sem plena consciência de seus efeitos. Afirmou que a Casa tem atuado com responsabilidade e que, desde 2014, havia a necessidade de realização de concurso público, motivo pelo qual buscou informações e recebeu prazo para dar continuidade ao processo, garantindo, segundo ele, que no próximo ano haverá servidores concursados atuando na instituição. Ao comentar sobre o orçamento da Câmara, Divaldinho afirmou que, se há saldo financeiro, isso ocorre porque sua gestão tem trabalhado com responsabilidade e zelo pelo dinheiro público. Declarou que foi sua iniciativa valorizar os assessores, concedendo aumento salarial, e rebateu atitudes de desrespeito ou deboche durante sua fala, solicitando respeito aos presentes e aos

A signature in blue ink, appearing to read "Divaldinho", is placed at the bottom right of the page.



servidores da Casa. O vereador relatou que, durante a elaboração da proposta orçamentária, todos os vereadores estavam presentes e concordaram com os valores sugeridos, mas que, no momento da votação, três parlamentares votaram contra a proposta. Questionou a coerência dessas posturas e afirmou que elaborou o orçamento com segurança e planejamento, ressaltando que, pela primeira vez na história da Câmara de Montanha, houve um processo estruturado de definição orçamentária. Divaldinho também afirmou que sua equipe é composta por profissionais técnicos, não escolhidos por vínculos políticos, mas por capacidade de trabalho. Disse que seu compromisso não é com ganhos pessoais, mas com a melhoria da cidade e da vida das famílias, destacando sua atuação voltada à honestidade, responsabilidade e compromisso com o dinheiro público. O vereador ressaltou que qualquer pessoa pode comparar a atual gestão da Câmara com anteriores, pois seu trabalho é pautado pela transparência. Afirmou que não ingressou na vida pública para enriquecimento pessoal e que possui vida profissional independente. Reiterou que está no cargo para servir a população, especialmente a parcela mais vulnerável. Ao finalizar, mencionou desafios enfrentados pela Câmara, como o limite orçamentário e o custeio de atividades, e afirmou estar disposto a cortar despesas, inclusive o uso de carro oficial e diárias, caso necessário. Reforçou seu compromisso com a ética, o trabalho sério e a continuidade do diálogo com a população. Encerrado o Grande Expediente, o Presidente colocou em apreciação os requerimentos de urgência já lidos, os quais, como registrado, foram aprovados por unanimidade. Na sequência, iniciou-se a Ordem do Dia, passando-se à leitura do **Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final nº 17/2025**, relativo ao Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 07/2025, que “Institui o Programa Municipal de Atendimento Humanizado à Mulher em Situação de Vulnerabilidade e dá outras providências”. O parecer, subscrito pelos Vereadores Paulo César (Presidente da Comissão), Célia do Posto (Vice-Presidente) e Odair Celin (Membro), manifestou-se pela inexistência de irregularidades e pela aprovação do projeto. Submetido o parecer à votação simbólica, restou **APROVADO POR UNANIMIDADE ENTRE OS VEREADORES PRESENTES**. Em seguida, o **Projeto de Lei Ordinária do Legislativo nº 07/2025** foi colocado em discussão única, sem manifestações contrárias, sendo então submetido à votação, resultando igualmente **APROVADO POR UNANIMIDADE ENTRE OS VEREADORES PRESENTES**. Logo após, o



Vereador Allan Cortes requereu dispensa de redação final ao referido projeto de lei, requerimento este que foi colocado em votação e aprovado por unanimidade entre os presentes. Já próximo ao encerramento da sessão, o Presidente abriu prazo para **explicações pessoais**. O Vereador Tarcísio fez uso da palavra para esclarecer que, em reunião anterior sobre a proposta de revisão do orçamento da Câmara, havia se posicionado contrariamente ao percentual inicialmente sugerido de 6,73%, por considerá-lo exorbitante frente à existência de saldo financeiro nas contas do Legislativo. Explicou que, apesar de a proposta ter sido posteriormente ajustada para 6,21%, manteve sua posição de que o aumento destoaria da LDO, que projeta crescimento de 5% para o conjunto do município, e reiterou que sua preocupação é evitar extração da Lei de Responsabilidade Fiscal e eventuais questionamentos pelos órgãos de controle. Pontuou que, em sua visão, a Câmara já dispõe de condições para cumprir suas funções, mesmo com diárias, veículos e demais estruturas, sem necessidade de ampliação tão expressiva do orçamento, sendo mais prudente limitar-se ao índice geral.

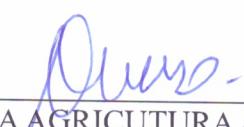
O Presidente, por sua vez, respondeu que o Executivo irá enviar o orçamento de cada Secretaria, e que os vereadores poderiam modificar, a proposta discutida até então se referia a uma projeção orçamentária, que ainda será remetida pelo Executivo na forma de projeto de lei orçamentária anual, cabendo aos vereadores, naquele momento, promover os ajustes que entenderem necessários tanto nos valores dos órgãos do Executivo quanto no do próprio Legislativo. Ressaltou que o planejamento financeiro foi elaborado com base em estudos técnicos fornecidos pela contabilidade da Casa, levando em conta a necessidade de realização de concurso público e eventual contratação de novos servidores exigida por determinação do Tribunal de Contas. Acrescentou que, caso haja sobras ao final do exercício, estas serão devolvidas ao Executivo, como já ocorreu em anos anteriores, reafirmando que seu compromisso é com o uso responsável dos recursos públicos.

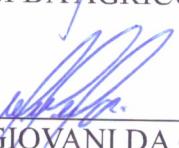
Na sequência, o Vereador Allan Cortes, em complementação ao ofício anteriormente apresentado, leu trechos do documento em que ele e outros vereadores chamam a

[Handwritten signatures]



atenção para riscos de responsabilização futura da Mesa Diretora e do Presidente da Câmara, caso a proposta orçamentária se afaste demasiadamente dos parâmetros da LDO e da Lei de Responsabilidade Fiscal, ressaltando que, em sua compreensão, a projeção atual equivaleria, na prática, a um aumento superior a 30% em relação ao orçamento executado em 2024. Defendeu que ainda há tempo hábil para rever o percentual, alinhando-o aos 5% do orçamento geral do município, preservando assim a legalidade, a transparência e a boa imagem do Poder Legislativo. Diante da extensão da discussão e do adiantado da hora, a **Vereadora Maine** sugeriu que o debate detalhado sobre o orçamento seja retomado em momento oportuno, com a presença dos assessores jurídicos e contábeis dos parlamentares e da própria Mesa Diretora, de modo a garantir que todos os números e interpretações legais sejam devidamente esclarecidos, ressaltando que o papel do Presidente é liderar o diálogo e construir consensos. O Presidente, por sua vez, reafirmou sua confiança na equipe técnica da Câmara, esclareceu que não pretende suplementar dotações de forma desordenada e lançou o desafio de, se necessário, rever diárias de vereadores e o contrato de veículo oficial, demonstrando disposição para ajustes que se mostrarem adequados, sem, contudo, abrir mão do planejamento já encaminhado. O Presidente agradeceu novamente a presença dos profissionais de saúde, das mães, dos representantes da Agrobuds, das autoridades, dos vereadores e do público em geral, tanto no plenário quanto pelas redes sociais, destacando a importância do debate travado e da aprovação do Programa Municipal de Atendimento Humanizado à Mulher em Situação de Vulnerabilidade, declarou encerrada a presente Sessão. Não havendo mais nada a tratar, a presente Sessão foi encerrada, e esta Ata, após ser lida, discutida e votada, será assinada pelo Presidente e Secretário.


Presidente: DIVALDIM DA AGRICUTURA / REPUBLICANOS


Primeiro-Secretário: GIOVANI DA GRÁFICA / REDE